



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **15 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 6 de maio de 2013

A CRITICA Zona Franca de Manaus enfrentará prova de fogo em votação nesta terça VEICULAÇÃO LOCAL	1
A CRITICA Dilma assegura que AM manterá alíquota de ICMS em 12%..... VEICULAÇÃO LOCAL	3
AMAZONAS EM TEMPO Semana de tensão em Brasília na defesa da ZFM VEICULAÇÃO LOCAL	4
O ESTADO DE SÃO PAULO Direto da Fonte :: Sonia Racy..... VEICULAÇÃO NACIONAL	5
O ESTADO DE SÃO PAULO Direto da Fonte :: Sonia Racy..... VEICULAÇÃO NACIONAL	6
JORNAL DO BRASIL Bancada federal do Amazonas se reúne para decidir guerra fiscal VEICULAÇÃO NACIONAL	7
VALOR ECONÔMICO Mudança na alíquota pode aumentar carga tributária VEICULAÇÃO NACIONAL	8
CORREIO BRAZILIENSE Agendas cruzadas :: Paulo Hartung VEICULAÇÃO NACIONAL	10
CORREIO BRAZILIENSE Projeto prevê selo verde para produtos sustentáveis da Zona Franca de Manaus VEICULAÇÃO NACIONAL	11
ZERO HORA Guerra fiscal, até quando :: Paulo Paim VEICULAÇÃO NACIONAL	12
AGÊNCIA SENADO CCJ pode examinar manutenção de incentivos a áreas de livre comércio e Amazônia Ocidental VEICULAÇÃO NACIONAL	13
G-1 Políticos do Amazonas vão a Brasília para articulações em votação do ICMS VEICULAÇÃO NACIONAL	15
BRASIL ECONÔMICO-SP Alckmin vai a Dilma e pede que não ceda na unificação do ICMS VEICULAÇÃO NACIONAL	17
BLOG DA FLORESTA Preocupação pela votação do projeto que altera as alíquotas do ICMS VEICULAÇÃO NACIONAL	18
BLOG DO RONALDO TIRADENTES Defesa da Zona Franca une Omar e Arthur em Brasília VEICULAÇÃO NACIONAL	19

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Zona Franca de Manaus enfrentará prova de fogo em votação nesta terça		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

O futuro da **Zona Franca** de **Manaus** será colocado em xeque nesta semana. Na próxima terça-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, serão votados os destaques ao relatório do projeto de resolução 01/2013 que modifica a alíquota interestadual do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)**.

Caso sofra alguma modificação, o projeto de resolução 01/2013 causará um grande impacto à **Zona Franca** de **Manaus** e conseqüentemente ao **Amazonas**. Atualmente o Estado pratica a alíquota de 12% no **ICMS**. Mas há uma casca de banana de um destaque proposto pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que quer ver o **Amazonas** com alíquota de 7%.

Preocupados com essa questão, o governador Omar Aziz (PSD) e o prefeito de **Manaus**, Artur Neto (PSDB) viajam a Brasília na noite deste domingo (5), para reforçar a linha de defesa da **ZFM**. Afinal, foi por conta dela que o governo excepcionou o **Amazonas** com a alíquota de 12%.

Na bagagem, Aziz leva a confirmação da presidente Dilma Rousseff de que o **Amazonas** sairá ileso desse embate. Garantia dada por telefone, na sexta-feira, quando políticos e empresários locais se apressaram em montar uma estratégia contra-ataque aos parlamentares das bancadas dos estados do Sul e Sudeste.

Nesse dia, foi formatada uma nota técnica (ver matéria abaixo) de cuja confecção participaram o **Superintendente** da **Suframa**, Thomaz Nogueira, o titular da Sefaz, Afonso Lobo, técnicos e empresários da indústria e do **comércio**, todos preocupados com o destino da nossa principal locomotiva industrial.

O próprio líder do governo e senador pelo **Amazonas**, Eduardo Braga, admite que a semana será difícil (ver blog). Já o auditor fiscal Serafim Correa traça um cenário de imprevisibilidade. “A reação dos parlamentares do Sudeste se dá por conta do erro que cometemos ao alterar legislação para ganhar mais um deputado federal. Ganhamos um parlamentar e também o ódio de outros estados”, disse.

“Não podemos negociar os 12%. Eles são vitais para a manutenção da **Zona Franca**. Nossa logística é complicada e sem estes incentivos ninguém vai querer investir aqui”, diz o

titular da Sefaz-AM, Afonso Lobo, advertindo para o impacto que haveria na arrecadação estadual se o **Amazonas** perdesse os 12%. “A perda seria de 77% somente em arrecadação do **ICMS**, sem falar no prejuízo aos empregos”, arrematou Lobo.

“Podemos sofrer a redução drástica de investimentos na **Zona Franca**. O **Amazonas** seria reduzido apenas ao que arrecada e a um fundo de compensação que o **Governo Federal** quer criar”, disse o presidente do Centro das Indústrias do Estado do **Amazonas** (Cieam), Maurício Loureiro.

Na avaliação do presidente da Associação Comercial do **Amazonas** (ACA), Ismael Bicharra, o **comércio** também amargaria prejuízos. “Se a indústria sair daqui, o **comércio** vai junto. É um problema que envolve a todos que moram e que desejam continuar aqui. Não podemos deixar a **Zona Franca** acabar”, conclamou.

Provocar a mídia nacional

Além de tentar desconstruir alguns mitos sobre a **Zona Franca**, a nota técnica que defenderá o **Amazonas** na Comissão de Assuntos Econômicos vai ressaltar a importância do modelo para a região. De acordo com o **Superintendente** da **Suframa**, Thomaz Nogueira, a nota terá argumentos suficientes para anular os ataques sofridos nas últimas semanas. “Um dos argumentos que vamos defender é que a renúncia fiscal da **ZFM** não causa tanto impacto ao Brasil. Hoje, 50% da renúncia do país se concentra no Sudeste. E a renúncia aqui praticada tem um significado social, econômico e ambiental para o país”, enumerou Nogueira.

“Também vamos esclarecer as coisas para a mídia nacional, que nas últimas semanas publicou algumas informações que não condizem com a **Zona Franca**. Estamos agendando algumas entrevistas nestes veículos”, revelou Nogueira. Nas duas últimas semanas, jornais como o “Valor Econômico” e o “Estadão” criticaram a manutenção do **ICMS** em 12% na **Zona Franca** de **Manaus**.

O titular da Sefaz, Afonso Lobo, atribuiu os ataques sofridos ao pensamento “exclusivista”, de São Paulo. “Eles estão vislumbrando a possibilidade de perder uma pequena parte do segmento de informática para o **Amazonas**, caso os 12% sejam aprovados. E São Paulo não admite perder nada.

A reação e a preocupação deles é totalmente desproporcional. O **Amazonas** corresponde a apenas 1,6% do **PIB**, enquanto eles equivalem à 33%. Não vamos tomar nenhum grande segmento deles, como a indústria automobilística ou as da linha branca. Estão fazendo isso por puro exclusivismo”, criticou Afonso Lobo.

Caso os destaques ao relatório do Senador Delcídio Amaral (PT-MS) sejam aprovados, o projeto de resolução seguirá para a votação no plenário do Senado, em data ainda a ser estabelecida. As autoridades locais já vislumbram um novo cenário de “guerra”, ao submeter o projeto à votação dos 81 senadores.

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma assegura que AM manterá alíquota de <u>ICMS</u> em 12%		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Omar Aziz e secretários também finalizaram uma nota técnica, que será distribuída aos senadores com argumentos que ressaltam a importância da ZFM para o Brasil e para o desenvolvimento da região

ADAN GARANTIZADO

Thomaz Nogueira e Afonso Lobo, após encontro com o governador Omar Aziz, foram ao encontro de empresários (Antonio Lima)

A presidente da República, Dilma Rousseff, garantiu nesta sexta-feira (03) por telefone ao Governador Omar Aziz, que a Zona Franca de Manaus permanecerá com a alíquota de ICMS diferenciada em 12%. O tema estará na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal na próxima terça-feira.

Omar passou a tarde reunido com o secretário de Estado da Fazenda (Sefaz), Afonso Lobo e o Superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira. Eles traçaram as estratégias de defesa da ZFM no Senado durante a votação da unificação do ICMS. O Governador e os secretários também finalizaram uma nota técnica, que será distribuída aos senadores com argumentos que ressaltam a importância da Zona Franca para o Brasil e para o desenvolvimento da região.

Durante a reunião, Omar também fez contatos com membros da bancada do Amazonas no Congresso Nacional e com ministros. No fim do dia, o governador conversou com a presidente, que estava no interior de Minas Gerais e falou sobre alguns argumentos técnicos e números da ZFM. Ele ouviu Dilma reafirmar o seu compromisso com a Zona Franca. “A Dilma garantiu que a alíquota de ICMS permanecerá em 12% no Amazonas, mantendo assim a proposta do Governo. Ela

disse que teremos o apoio da bancada do Governo”, revelou Thomaz Nogueira. “Essas palavras da presidente são um alento para todos nós que estávamos empenhados em resolver a questão, mas nossa preocupação não acaba. Vamos trabalhar para garantir que a proposta passe pela aprovação dos 27 membros da CAE e depois pelos 81 senadores no plenário”, completou o Superintendente da Suframa.

Intenso

O movimento pela defesa da Zona Franca de Manaus teve um dos seus dias mais intensos nesta sexta-feira. Pela manhã, o Superintendente da Suframa já havia se reunido com empresários locais e debatido algumas estratégias. Um grande protesto envolvendo empresários e trabalhadores do Polo Industrial de Manaus, do comércio local e de outros segmentos chegou a ser cogitado. A ideia era colocar a multidão nas ruas do Centro da cidade na segunda-feira e assim tentar atrair a atenção da mídia nacional para o problema.

Vale lembrar que nas últimas semanas, veículos como o “Valor Econômico” e o “Estadão” publicaram duras críticas à Zona Franca. Em um primeiro momento, o Governador deu o aval para o movimento e uma nova reunião com empresários do PIM foi convocada à tarde na Suframa. Mas, após ouvir as garantias da Presidente da República, Aziz pediu para que o protesto fosse suspenso. Por intermédio do presidente estadual do Partido dos Trabalhadores (PT), João Pedro, Thomaz Nogueira também conversou com um dos principais críticos da ZFM no Congresso, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Uma nova conversa entre eles deve acontecer na segunda-feira, em Brasília. A intenção é convencer o senador paulista a retirar o destaque proposto por ele da Pauta da CAE.

	VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO	EDITORIA	
	TÍTULO Semana de tensão em Brasília na defesa da <u>ZFM</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

A manutenção de incentivos à economia amazonense, uma vez mais, terá um dia “D” no Congresso Nacional nesta semana. Tudo por conta da votação de 14 destaques ao projeto de resolução 1/2013, depois de amanhã, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, que pretende unificar gradualmente a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 4% para operações interestaduais até 2025.

O prefeito de Manaus, Arthur Neto (PSDB), e o governador Omar Aziz (PSD), viajarão amanhã a Brasília, onde têm planos de ficar até a próxima terça-feira, fazendo gestões junto aos parlamentares de outros Estados para sensibilizá-los sobre o ICMS diferenciado para cá.

Para reforçar o time, o secretário de Estado da Fazenda, Afonso Lobo e o Superintendente da Zona Franca de Manaus, Thomaz Nogueira, também irão a Brasília. A atitude foi bem recebida pelas lideranças empresariais locais, a exemplo do presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, e o presidente da Federação das Indústrias do Amazonas (Fieam), Antônio Silva.

O líder da bancada federal, senador Eduardo Braga (PMDB), e o relator da Comissão da PEC da Zona Franca de

Manaus (ZFM) na Câmara dos Deputados, deputado federal Átila Lins (PSD), também consideram positiva a união dos dois dirigentes do Estado.

“Precisamos ter consciência da mobilização e os benefícios que ela trará. A atitude do Arthur e do Omar ajuda muito, pois até o Alckmin (governador de São Paulo) foi até a Dilma pedir pelo Estado dele e o líder do PSDB no Senado é contra a ZFM. Acredito que Arthur, como correligionário, possa ajudar nessa questão”, opinou Braga.

Na opinião de Wilson Périco, a união de forças do Estado em defesa dos interesses da ZFM no Congresso Nacional, é uma questão de sobrevivência para a economia do Amazonas. Périco avalia que as discussões em torno da questão da manutenção da alíquota de ICMS para a ZFM dependerão da habilidade política dos nossos representantes.

O líder do Cieam também analisa que, com o acirramento da guerra fiscal entre os Estados brasileiros, a situação para o Amazonas fica mais crítica. “As coisas estão mais difíceis porque no passado estávamos irmanados com nossos vizinhos do Norte e Nordeste e hoje a situação é diferente”, analisou. Indagado sobre o desempenho da bancada no Congresso Nacional, Wilson preferiu não comentar.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Direto da Fonte :: Sonia Racy		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Unindo impostos

A depender de Romero Jucá, o Brasil terá, além da Suframa, outras sete áreas de livre comércio. O senador entrou com projeto na Comissão de Assuntos Econômicos pegando carona na nova proposta de unificar o ICMS - que incluiu preservar a Suframa. "O Eduardo Braga deu um tiro no pé ao modificar o projeto original", critica Andrea Calabi, secretário da Fazenda de Alckmin, antevendo uma enxurrada de duty frees espalhados pelo País.

Em Brasília, aliás, o assunto ICMS ferveu ontem. Consta que Dilma avalia ser melhor a proposta original, e Guido Mantega prefere a nova.

Nervos de aço

Andou a negociação entre Thyssen e CSN. Pelo que se apurou, a CSN quer compartilhar o controle da CSA no Brasil e comprar a unidade da Thyssen no Alabama.

Eleição?

O PSDB de São Paulo estuda entrar com representação contra Paulo Skaf no TRE por campanha antecipada. O presidente da Fiesp foi a estrela de comerciais do partido, nos quais falou das ações de Sesi e Senai, ligados à entidade.

Desalojado

Tradicional freqüentador do almoço de Jonas Barcellos, Jorge Bornhausen não apareceu ontem. Motivo? Lula, que se hospedou na casa do pecuarista para a abertura da Expozebu, em Uberaba.

Eleito

FHG tem 30 votos na ABL - dez a mais do que o mínimo necessário para se eleger.

Barrado

Amaury Ribeiro Jr. sequer conseguiu se inscrever. Entregou manifesto, em lugar de carta pessoal à presidência - como manda o estatuto da ABL.

Martelo batido

A Band terá de pagar R\$ 1 milhão para Xuxa por exibir imagens da apresentadora nua em revistas masculinas.

Decisão do STJ.

Dose dupla

O Santander matriz e o Santander Brasil estão entre os três finalistas do prêmio outorgado anualmente pelo Financial Times.

"Dessculpa"

Nelio Machado apresentou argumento curioso para tentar anular parte de um processo que corria no Superior Tribunal de Justiça.

O criminalista justificou sua ausência na sustentação oral por causa de um... erro de grafia . A citação convocou Nelio Noberto Machado, mas seu nome do meio é Roberto.

Recurso negado.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Direto da Fonte :: Sonia Racy		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Unindo impostos

A depender de Romero Jucá, o **Brasil** terá, além da **Suframa**, outras sete áreas de livre **comércio**. O senador entrou com projeto na Comissão de Assuntos Econômicos pegando carona na nova proposta de unificar o **ICMS** - que incluiu preservar a **Suframa**. "O Eduardo Braga deu um tiro no

pé ao modificar o projeto original", critica Andrea Calabi, secretário da Fazenda de Alckmin, antevendo uma enxurrada de duty frees espalhados pelo País.

Em Brasília, aliás, o assunto **ICMS** ferveu ontem. Consta que Dilma avalia ser melhor a proposta original, e Guido Mantega prefere a nova.

	VEÍCULO JORNAL DO BRASIL	EDITORIA	
	TÍTULO Bancada federal do <u>Amazonas</u> se reúne para decidir guerra fiscal		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Jornal do Brasi

Amanhã (7), o governador Omar Aziz e o prefeito Arthur Virgilio estarão em Brasília, unidos com a bancada federal do Amazonas para trabalhar pela proposta que unifica as alíquotas do ICMS e acaba com a guerra fiscal.

Cedo, o Superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira e o presidente do PT do Amazonas, senador suplente João Pedro, terão encontro com o senador Eduardo

Suplicy, do PT paulista, que apresentou o mais ácido e perigoso dos ataques que ameaçam a Zona Franca de Manaus.

A Zona Franca de Manaus, para variar, não deixa de ser alvo de maus empresários e governantes do sul do país. É enorme a manipulação de informações. Pobre da região Norte, se não existisse o modelo Zona Franca de Manaus.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Mudança na alíquota pode aumentar carga tributária		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Flavia Lima | De São Paulo

O projeto que unifica gradualmente para 4% a alíquota interestadual do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)**, parte de uma agenda federativa mais ampla que envolve ainda a criação de um fundo de compensação de receitas dos Estados, um fundo de **desenvolvimento regional** e a alteração no índice de correção das dívidas dos Estados com a União, pode provocar efeito contrário ao desejado: o aumento da carga tributária ou do endividamento público nos próximos dez anos.

Os gastos adicionais da União podem atingir R\$ 55,1 bilhões ao ano nos próximos dez anos, ou cerca de 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**), aponta estudo "Reforma do **ICMS**: muito custo por pouco benefício", conduzido pelos economistas Mailson da Nóbrega, Felipe Salto e Rafael Cortez, da consultoria Tendências.

Os economistas avaliam que o governo agiu corretamente ao tentar simplificar ou minimizar os custos da chamada guerra fiscal, mas pecou ao ser incapaz de articular os interesses envolvidos para obter melhor resultado. "O governo não vai conseguir extinguir a alíquota como queria e não está descartada a preservação de alíquotas diferenciadas, como previsto para a **Zona Franca de Manaus**", diz Felipe Salto. "No fim, vão ser gerados mais custos e melhorias muito reduzidas no sistema tributário".

Para chegar ao volume total de gastos para os próximos anos, os economistas consideraram o custo total, de acordo com expectativas iniciais da perda de arrecadação, de R\$ 139 bilhões para um fundo de compensação com prazo de dez anos. E outros R\$ 296 bilhões, a partir de dados do próprio governo, para um fundo de **desenvolvimento regional** a ser usado como instrumento de política industrial em substituição à chamada guerra fiscal. A duração seria de 20 anos. Como os fundos têm prazos diferentes, de 10 e 20 anos, os gastos mínimos estimados pelo estudo para os dois fundos seriam de R\$ 28,7 bilhões ao ano nos 10 primeiros anos e de R\$ 14,8 bilhões nos 10 anos seguintes.

Os gastos, no entanto, não param por aí. O estudo leva ainda em conta os custos da troca de indexador da dívida de Estados e municípios com a União, parte da agenda

federativa de reformas. "A demanda pela troca de indexador da dívida é legítima. As taxas de juros médias da economia caíram muito nos últimos 20 anos e o custo médio da dívida federal também caiu bastante", diz Salto.

O problema, ressalta, é que esse era o principal ativo que a União tinha para negociar com Estados em troca de uma reforma do **ICMS** mais eficiente. Como o objetivo não foi atingido, resta ao governo arcar com os custos de arrecadar menos. "A receita com o indexador antigo é elevada e poderia ser usada como poder de barganha com Estados para conseguir mudança mais significativa no caso do **ICMS**".

Nas contas da Tendências, corrigida pela inflação, a dívida de Estados e municípios com a União, fruto das renegociações feitas no fim da década de 90 e início de 2000, seria hoje de R\$ 457,5 bilhões.

Usando a regra de correção antiga (IGP-DI mais 6% ou 9%, a depender dos esforços de amortização feitos por Estados e municípios nos últimos anos) e considerando as premissas da Tendências para o índice até 2021, o fluxo médio de variação da dívida de Estados e municípios seria de cerca de R\$ 85,9 bilhões ao ano nos próximos dez anos.

No outro cenário, em que prevalece a correção pelo IPCA mais 4%, tendo a Selic como teto, a dívida teria uma expansão média bem menor, de R\$ 59,5 bilhões ao ano. Ou seja, com a troca de indexador, o governo deixaria de arrecadar cerca de R\$ 26,4 bilhões, em média, ao ano, nos próximos dez anos. O custo, pondera Salto, é aproximado já que os governos vão amortizando parte da dívida total ao longo do período. Logo, o valor sobre o qual incide a correção será um pouco menor ao longo dos anos.

Os cerca de R\$ 26,4 bilhões referentes à troca de indexador da dívida, somados aos custos de criação dos dois fundos totalizariam gastos de R\$ 55,1 bilhões ao ano, em média, nos próximos dez anos. Nos dez anos seguintes, seriam outros R\$ 41,2 bilhões ao ano, em média, de gastos. "E nada impede que novos aportes sejam feitos ao longo dos próximos anos porque, em tese, os Estados mais pobres devem chorar por mais recursos", lembra Salto.

Esses R\$ 55,1 bilhões equivalem hoje a algo pouco acima de 1% do **PIB**. Considerando um crescimento da

economia de 3% ao ano nos próximos anos, esses gastos adicionais do governo provocariam expansão da carga tributária - ou elevação do endividamento público - a um ritmo de 0,5 a 1 ponto percentual do **PIB** em dez anos. "O governo

não precisava assumir um custo tão grande para atingir um resultado quase insignificante".

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO Agendas cruzadas :: Paulo Hartung		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Economista, foi governador do Espírito Santo

Está em pauta no Congresso a reforma do **ICMS** proposta pelo **Governo Federal**. Ela parte do pressuposto de que a concessão de incentivos fiscais estaduais perdeu efetividade, pois essa prática já teria se generalizado. Com a adesão dos estados mais desenvolvidos, o efeito de promover a desconcentração de investimentos estaria, na percepção do governo, prejudicado.

Além disso, tais incentivos não contam com a aceitação unânime do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), o que traz insegurança jurídica e a paralisação de investimentos, diante da ameaça da Súmula nº 69 do Supremo Tribunal Federal (STF) que extingue a totalidade dos benefícios.

O **Governo Federal** chegou a estimar perda de R\$ 100 bilhões nas arrecadações estaduais por conta dos benefícios, o que é difícil aceitar, pois diversos projetos incentivados talvez nem pudessem existir a um custo tributário maior. São várias as pesquisas com evidências de que o tamanho da carga tributária ocupa o topo da lista nos determinantes da perda de competitividade no Brasil. Ainda assim, o valor estimado revela-se muito menor do que o praticado pelo próprio **Governo Federal**.

Para resolver o **ICMS**, duas medidas deveriam ser adotadas: 1. O reconhecimento dos incentivos já concedidos e o disciplinamento das futuras concessões, baseado em vantagens comparativas locais; 2. A modernização do Confaz, para que possa exercer a governança das regras segundo maioria absoluta (e não a ditatorial unanimidade), de modo qualificado, autônomo e independente. Seria um modo de afirmar uma República realmente federativa no Brasil.

Mas o **Governo Federal** tem usado o momento de grave crise federativa para cruzar outra agenda no esforço de reconstrução do pacto definido após a Constituição de 1988.

Assim, a solução proposta pelo **Governo Federal** passa por caminho oposto ao aqui sugerido, ao adotar sugestão da Secretaria de Fazenda de São Paulo de transformação o **ICMS** atual — com regime misto entre origem e destino, e

diferenciado entre estados desenvolvidos e emergentes — num outro sistema concentrado no destino e sem distinções regionais. Isso passa por uma alíquota baixa e uniforme (4%) nas operações interestaduais. E tem por propósito acabar com os incentivos estaduais, concentrando a política de **desenvolvimento regional** na União.

A solução proposta, contudo, trará sérios efeitos colaterais para o **desenvolvimento** do país: 1. Aumento do custo empresarial, com a gradual redução de benefícios fiscais até plena extinção; 2. Aumento da complexidade tributária e dos custos de fiscalização, dadas as inúmeras exceções interpostas no processo (**importados, Zona Franca de Manaus**, gás, base não industrial); 3. Aumento dos incentivos à elisão, por meio do “passeio de notas fiscais”; 4. Aumento da acumulação de créditos e da ineficiência atribuível ao processo tributário; 5. Incentivo à ampliação de regimes de substituição tributária com prejuízos para as pequenas e micro empresas; 6. Aumento da carga tributária direta (**ICMS**) e indireta (PIS/Cofins); 7. Aumento de preços e perda de competitividade empresarial; 8. Relocalização de plantas produtivas entre os estados, mas também para outros países; 9. Aumento da concentração **regional** da renda; e 10. Enfraquecimento da Federação.

Os riscos de um retrocesso são grandes e alguns dos efeitos citados já foram colhidos anteriormente, quando da reforma do PIS/Cofins federal em 2003. Está muito cedo para o **Brasil** abandonar a agenda da distribuição de renda, após uma década de **importantes** avanços, mas ainda muito insuficientes. A oferta de infraestrutura é baixa e desqualificada, além de mal distribuída no território; a taxa de investimento é irrisória, e talvez por isso haja tanta disputa por um mesmo projeto de investimento.

A superação dos graves problemas do **ICMS**, com resultados positivos para os investimentos, só virá por meio da valorização do papel da Federação, da simplificação tributária e da conjunção de instrumentos favorecedores do ambiente de negócios. Para isso, precisamos inovar e criar instituições no Brasil.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE		EDITORIA
	TÍTULO Projeto prevê selo verde para produtos sustentáveis da <u>Zona Franca de Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle deve analisar o projeto de lei na terça-feira (7/5)

As empresas da Zona Franca de Manaus que oferecem produtos ambientalmente adequados, segundo os princípios do desenvolvimento sustentável, poderão receber das autoridades públicas o selo verde “Preservação da Amazônia”. É o que prevê o Projeto de Lei do Senado (PLS) 185/2011, que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) deve analisar na terça-feira (7/5), em reunião marcada para as 11h30.

Da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o projeto considera produtos ambientalmente adequados os que cumprem, nas etapas de produção, transporte e comercialização, os preceitos éticos e normativos da proteção ambiental. Na justificativa do projeto, a senadora diz ser preciso incentivar o setor produtivo no rumo do desenvolvimento sustentável.

Para Vanessa Grazziotin, mais eficaz do que medidas de caráter punitivo e mais efetiva do que ações destinadas a coibir as más práticas ambientais, é a adoção de medidas que previnam a ocorrência dos danos por meio da educação, da

informação e do convencimento, buscando a adesão voluntária de todos no esforço preservacionista.

Isso ocorre, de acordo com a senadora, porque cada vez mais a sociedade toma consciência do valor dos recursos ambientais e da necessidade de maior justiça social, para a sua própria sobrevivência e a das gerações futuras. O relator, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), é favorável ao projeto, que será analisado na CMA em decisão terminativa.

A CMA ainda vai apreciar o PLS 626/2011, que trata do cultivo sustentável da cana-de-açúcar na Amazônia Legal, e o PLC 70/2012, que trata de regras para a manutenção de equipamentos de ar-condicionado. Ambos os projetos tramitam em caráter terminativo.

Outro projeto que consta da pauta da CMA é o PLS 426/2011, que institui a contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre a fabricação de biocosmético da região amazônica (Cide-Biocosméticos). Se aprovado, o projeto segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

	VEÍCULO ZERO HORA	EDITORIA	
	TÍTULO Guerra fiscal, até quando :: Paulo Paim		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Aguerra fiscal, prática competitiva entre os entes da federação, tem servido de instrumento para que os Estados atraíam investimentos de novas empresas, gerando emprego e renda. Porém, a tão malfalada disputa tem provocado distorções na arrecadação do **ICMS**. O projeto de resolução do Senado (PRS 1/2013), cuja finalidade é pôr fim a essas distorções, tem por objetivo primordial unificar gradualmente as alíquotas interestaduais do tributo e, assim, reduzir a competição. A ideia do projeto também abarca a migração do imposto para o destino, ou seja, para o Estado onde as **mercadorias** ou bens serão consumidos, reduzindo as chances de o Estado produtor conceder incentivos. Mas a discussão não para por aí, ela avança sobre a obrigatoriedade da aprovação pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) dos novos incentivos, dando segurança jurídica para as empresas, bem como o tratamento específico para convalidação dos benefícios já existentes, muitos deles ilegais ou inconstitucionais, concedendo prazo para o fim da fruição.

Ocorre que o substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) não atende aos interesses do nosso Estado, pois prevê redução das alíquotas de **ICMS** de 12% e 7% para 4% até 2021, e cria exceções para o gás natural, para a **Zona Franca** de **Manaus** e Áreas de Livre **Comércio** e para as saídas da indústria e de produtos agropecuários do

Norte, Nordeste e Centro-Oeste, destinados ao Sul e ao Sudeste.

Tal medida mantém, para esses Estados, um poder de continuar realizando a "guerra fiscal", com alíquotas mais elevadas e diferenciadas em relação aos demais. Por isso, apoiamos as duas emendas apresentadas pelo senador Suplicy que corrigem tais distorções, pois, no caso do gás natural, reduz a alíquota aplicável a estas operações a 7%, deixando ao menos 5% para o Estado consumidor, além de, ainda, garantir aos Estados o ressarcimento de suas eventuais perdas.

Penso que as alterações propostas pelo senador paulista combinadas com o estabelecimento dos fundos de ressarcimento das perdas e com o fundo de **desenvolvimento regional** previstos na Medida Provisória 599/12, estabelecerão um mecanismo de segurança, preservando, ao mesmo tempo, uma capacidade de atração de investimentos produtivos nas regiões menos desenvolvidas e será melhor para o nosso Rio Grande do Sul. Nesse horizonte, creio que surge o esboço de uma pequena e tímida reforma tributária, que pretende inibir a guerra fiscal e implementar a redução das desigualdades regionais.

Senador (PT-RS)

	VEÍCULO AGÊNCIA SENADO	EDITORIA	
	TÍTULO CCJ pode examinar manutenção de incentivos a áreas de livre comércio e Amazônia Ocidental		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Gorette Brandão

Uma proposta de emenda à Constituição que vincula a duração dos benefícios fiscais concedidos às áreas de livre comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental à vigência da Zona Franca de Manaus (ZFM) está pronta para discussão e votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Depois de ter o exame adiado, a matéria consta da pauta da reunião da CCJ marcada para quarta-feira (8).

Sem a aprovação da PEC 7/2013, alerta Sarney, haverá o encerramento prematuro dos benefícios fiscais necessários para o desenvolvimento da Região Norte. Ele salienta que, indo ao encontro dos “ideais republicanos”, a Constituição define a redução das desigualdades regionais como um dos objetivos da República.

Projeto de lei com conteúdo semelhante (PLS 48/2013), também de Sarney, consta da pauta da reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) marcada para quarta-feira.

O problema que preocupa o senador decorre da interpolação de seguidas leis e decretos, em alguns casos com redações consideradas dúbias, que favorecem a interpretação quanto ao encerramento do prazo dos incentivos antes do tempo esperado. Assim, entre 2013 e 2014, podem deixar de haver novos incentivos na esfera das áreas de livre comércio e distritos industriais incentivados da Amazônia Ocidental.

A PEC inclui um novo dispositivo no Ato das Disposições Constitucionais Temporárias da Constituição. Na proposta, Sarney optou por considerar os incentivos vigentes em 1º de janeiro de 2013 para que não haja o risco de descontinuidade, na medida em que há a possibilidade de a proposta ser aprovada após o término do prazo final para alguma área de livre comércio que hoje esteja em vigor.

Sarney argumenta que os benefícios fiscais em questão têm, em seu conjunto, o mesmo propósito de desenvolver a Região Norte e incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos segundo a política constitucionalmente prevista de integração latino-americana. Por isso, ele entende que todos os benefícios devem ter a mesma duração daqueles oferecidos à ZFM.

“Não é razoável que áreas da mesma região e com objetivo de implementação similar tenham prazos distintos de duração. Para alcançar as metas a que elas se propõem, há necessidade de uniformizar a vigência de todas as áreas, de modo a compatibilizar seus prazos com a realidade regional”, argumenta.

Economia

Nas áreas de livre comércio e na Amazônia Ocidental, os produtos são isentos de impostos federais, o que pode implicar uma economia de recursos para a população ao redor de 25%. Esses valores poupados voltam a circular, incentivando os diversos setores econômicos, como explica Sarney, que obteve as assinaturas de mais 29 colegas em apoio à sua proposta.

Com o esgotamento dos prazos podem ser afetados, por exemplo, os incentivos em favor da ALC dos municípios de Macapá e Santana, no estado do Amapá. Essa área de livre comércio de importação e exportação foi criada, sob regime fiscal especial, por meio da Lei 8.387/1991.

Já a Amazônia Ocidental, que compreende os estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, está contemplada, desde a década de 60 do século passado com benefícios fiscais. Os estímulos foram concebidos como extensão dos incentivos previstos para a Zona Franca de Manaus.

Não havia previsão de término para os benefícios. De acordo com o relator da PEC, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), o entendimento era de que estariam em vigor enquanto durassem os benefícios destinados à ZFM, com prazo final até 1º de janeiro de 2014 - como previsto no art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

No entanto, um dos dispositivos da Lei 9.532/1997 acabou incorporando de forma expressa, em relação à Amazônia Ocidental, o prazo de extinção de 1º de janeiro de 2014. Ocorre que, em 2003, a Emenda Constitucional 42 prorrogou os incentivos para a ZFM até 2023. Já os distritos da Amazônia Ocidental ficaram presos à Lei 9.532.

Se não houvesse sido publicada essa lei, não restaria dúvida de que os benefícios fiscais destinados à Amazônia

Ocidental vigorariam até 2023, o mesmo prazo previsto na EC 42, conforme Raupp, em relatório favorável à matéria.

“Conhecidos esses antecedentes, percebe-se facilmente a importância da PEC em exame. A sua aprovação terá a grande virtude de clarear, de uma vez por todas, a questão

da vigência dos benefícios fiscais às ALC e à **Amazônia Legal**, conferindo mais racionalidade e segurança à sua permanência, por meio da inclusão da matéria no texto constitucional”, conclui o relator.

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO Políticos do <u>Amazonas</u> vão a Brasília para articulações em votação do <u>ICMS</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Omar e Artur se unem pelas vantagens comparativas da Zona Franca.

Bancada teme mudança no texto original do relatório da proposta.

Adneison Severiano Do G1 AM

Proposta de unificação do ICMS será votada nesta terça-feira (7), no Senado (Foto: José Cruz/ABr)

Após ser adiada, a votação do projeto de resolução que promove uma reforma no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) retorna a pauta do Senado Federal nesta terça-feira (7). Para tentar garantir a manutenção das vantagens competitivas da Zona Franca de Manaus (ZFM), uma comitiva de políticos amazonenses foi a Brasília acompanhar a votação e se mobilizou para evitar a aprovação da mudança no texto original do relatório, considerada prejudicial à economia do Amazonas.

Artur Neto e Omar Aziz viajaram para Brasília nesta segunda-feira

Entre os membros da comitiva estão o governador do estado, Omar Aziz (PSD), e o prefeito de Manaus, Artur Neto (PSDB). Os dois embarcaram nesta segunda-feira (6) para a capital federal, onde cumprem uma extensa pauta de reuniões antes da votação do ICMS.

Segundo a assessoria do governo do Amazonas, Omar Aziz falou, por telefone, na última sexta-feira (3), com a presidenta da República, Dilma Rousseff. "Embora frise que a proposta depende do parecer dos senadores, Dilma assegurou ao governador que não haverá interferência nas conquistas do Amazonas", informou a chefe de Comunicação do governo estadual, Lúcia Carla.

Logo após desembarcar em Brasília, Omar e Artur se reúnem com senadores e deputados amazonenses, bancadas de outros estados e empresários. "Durante as visitas aos senadores, o prefeito e o governador apresentarão argumentos em defesa do Amazonas. A meta é realizar reuniões com o maior número possível de senadores até véspera da votação", divulgou Secretaria Municipal de Comunicação (Secom). Os políticos do estado ainda terão uma

reunião com o titular da Superintendência da Zona Franca de Manaus, Thomaz Nogueira.

Mudança na alíquota de ICMS ameaça ZFM

As alíquotas atuais são de 7% para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e 12% para os estados das Regiões Sul e Sudeste. Entretanto, as alíquotas foram alteradas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado em relação à proposta original. Dessa forma, fixaram-se as alíquotas interestaduais do tributo em 4% (Sul e Sudeste) e 7% (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), mantendo a alíquota interestadual de 12% para os produtos da ZFM, estendendo-a a nove áreas de livre comércio da região Norte.

Senador Eduardo Braga mostrou otimismo na manutenção das vantagens competitivas da ZFM

Para o líder da bancada federal amazonense e do governo no Senado, o senador Eduardo Braga (PMDB-AM), o projeto de unificação do ICMS não é negativo, mas avalia como prejudicial à economia do Amazonas a proposta de mudança do que está construído no relatório.

"Essa é uma resolução que trata de mudanças da regra do ICMS interestadual. O único estado para produtos industrializados que teria um percentual de 12% nas comercializações interestaduais entre o Norte o resto do país é o Amazonas, além das áreas de livre comércio da região Norte. Portanto, essa proposta do relatório dá vantagens comparativas para o Polo Industrial muito importantes", explicou o senador.

A manutenção da alíquota do Amazonas na proposta vem sendo alvo de reclamações, principalmente da bancada de São Paulo, mas lideranças de outros estados também estão demonstrando insatisfação, segundo Braga. "Existe um pedido de destaque feito pela bancada paulista e de outros estados do Sudeste e Sul no sentido de retirar do texto essa questão que beneficia de forma importante o Polo Industrial de Manaus", revelou o senador do PMDB.

Diante das ameaças geradas pelas possíveis mudanças, os políticos amazonenses iniciaram uma série de articulações junto às bancadas dos outros estados em Brasília. O senador

Eduardo Braga revelou otimismo e acredita em uma vitória na Comissão de Assuntos Econômicos no Senado.

Já o deputado federal Francisco Praciano (PT-AM) terá a tarefa de articular em defesa do **Amazonas** com um dos principais defensores da unificação do **ICMS**, o senador paulista Eduardo Suplicy (PT-SP).

“Eu, o presidente estadual do PT, João Pedro e o deputado estadual José Ricardo (PT-AM) vamos conversar com o senador Suplicy, mas ainda não temos data e horário. Não é uma operação fácil porque a bancada é pequena e a tendência são todos serem contra a **ZFM**”, enfatizou o parlamentar.

Praciano teme que a proposta seja aprovada sem a excepcionalidade da **Zona Franca**, o que resultaria da perda na força de atração da **ZFM**. “A diminuição das alíquotas torna menos atrativo a vinda das empresas para o nosso estado, onde a logística é mais difícil e falta preparação de mão de obra, ou seja, temos mais dificuldades de produzir produtos do que São Paulo. A redução da alíquota diminuiria as vantagens comparativas”, ressaltou o deputado petista.

Votação decisiva no Congresso Nacional pode definir futuro do Polo Industrial de **Manaus**

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Alckmin vai a Dilma e pede que não ceda na unificação do <u>ICMS</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Em reunião no Palácio do Planalto com a presença do ministro Guido Mantega, o governador de São Paulo disse à presidente que as demandas do Norte/Nordeste vão modificar o texto original da reforma tributária, com prejuízo para seu estado.

Alckmin pede à Dilma para unificar alíquota do ICMS

Governador quer barrar mudanças ao projeto feitas no Congresso com o apoio do Executivo Federal

Ruy Barata Neto, de Brasília

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, quer a ajuda da presidente Dilma Rousseff para impedir a aprovação de mudanças nas propostas de reforma do ICMS em tramitação no Congresso Nacional. Alckmin esteve reunido ontem com Dilma no Palácio do Planalto ao lado do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e do secretário executivo da pasta, Nelson Barbosa. O principal pedido do governador paulista é o resgate do projeto original do governo que unifica em 4% a alíquota do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para todos os estados.

Em conversa que durou cerca de uma hora e trinta minutos, o governador paulista pediu interferência do Executivo para demover a base do governo de aprovar mudanças que definem alíquotas diferenciadas para os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste nas transações comerciais como os estados do Sul e do Sudeste. As alíquotas diferenciadas constam de relatório do senador Delcídio Amaral (PT-MS) que está sendo analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE). O texto base do projeto já foi aprovado na Comissão, mas ainda pode sofrer mudanças dependendo do resultado da aprovação de destaques ao projeto que deverão ir à votação na próxima terça-feira, 7.

A atual configuração do texto prevê alíquota de 7% para as transações comerciais de produtos advindos dos estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo em direção aos estados das regiões Sul e Sudeste. No caminho inverso, a taxa seria de 4%. Além disso, há alíquotas de 12% para produção da Zona Franca de Manaus e para a

produção comercializada nas chamadas áreas de livre comércio do Norte.

"A alíquota hoje é 12% e 7%, alíquotas altas e assimétricas, o que permite a guerra fiscal. O governo, corretamente, fez a proposta de que tivéssemos uma alíquota só, mais baixa, de 4%, e simétrica para o país inteiro. Mas o que estamos verificando é que estamos saindo de duas não para uma, mas para três alíquotas, o que é um absurdo", disse Alckmin após a reunião.

Segundo Alckmin, a reforma do ICMS precisa ser repensada em função do custo que o projeto trará para o país. Nas contas do governador, o país terá que gastar R\$ 420 bilhões em um período de 20 anos para compensar os estados pelas perdas de arrecadações auferidas com a diminuição das alíquotas. O resultado do projeto, com alíquotas diferenciadas, pode acabar sendo prejudicial ao país. "A reforma do ICMS pode levar a uma desindustrialização do país e, em grande parte, aumentar as importações", afirma.

Além das críticas a propostas de alíquotas diferenciadas do ICMS, Alckmin também buscou apoio de Dilma para defender a manutenção da exigência de unanimidade como instrumento de aprovação de decisões do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Ao longo das discussões do relatório de reforma tributária na CAE, os senadores inseriram dispositivo que define em três quintos o quórum necessário para a aprovação dos efeitos de todos os incentivos fiscais e financeiros concedidos sem a aprovação do Confaz.

O governador paulista quer evitar que a quebra da unanimidade também fique valendo para convalidação de incentivos fiscais que podem ser feitos no futuro. "Deve-se mudar a unanimidade apenas para guerra fiscal já feita no passado, apenas referente ao ocorrido, aos contratos já celebrados", disse.

	VEÍCULO BLOG DA FLORESTA	EDITORIA	
	TÍTULO Preocupação pela votação do projeto que altera as alíquotas do <u>ICMS</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A vereadora Rosi Matos (PT) participou de uma reunião com o ex-senador João Pedro (PT), o Superintendente da Suframa Thomás Nogueira, o presidente da CUT-AM, Waldemir Santana, o Secretário Estadual de Fazenda Afonso Lobo e outros representantes preocupados com a votação do Projeto de Resolução do Senado – PRS N°01/2013, que altera as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em operações interestaduais, que acontecerá nesta terça feira (7) em Brasília.

Segundo foi colocada na reunião uma equipe liderada pelo Governador Omar Aziz estaria viajando a Brasília cuidar das articulações em torno da votação. As lideranças petistas e mais os representantes da CUT e da CNM vão reunir com o Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para tentar preservar no texto da resolução a vantagem comparativa de alíquota de 12% para o ICMS nas operações dos produtos da Zona Franca de Manaus - ZFM. Também foram analisadas outras medidas a serem tomadas como a elaboração de um documento que faça a defesa técnica da permanência da alíquota diferenciada para a ZFM e a publicação em jornais de circulação nacional de uma nota esclarecedora do pleito do Estado do Amazonas a ser votado pelos senadores na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, do Senado.

Segundo os Secretários da Fazenda das regiões Sul e Sudeste a Zona Franca de Manaus não deve continuar a praticar a alíquota de 12% em operações interestaduais, após a reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Bastante atenta ao processo em andamento na comissão do Senado, a vereadora Rosi Matos condena a posição dos demais estados do sudeste e sul, para a qual “idéia dos representantes desses estados é que a alíquota da região seja reduzida para 7%, independente das dificuldades

logísticas da nossa região para atrair investimentos produtivos em comparação aos estados que dispõem de infra estrutura de rodovias, ferrovias e próximos aos grandes centros consumidores”. A proposta de permanência da atual política de 12% de ICMS para a ZFM consta do parecer do senador Delcídio Amaral (PT-MS), que foi aprovado pela CAE, na semana passada. Os destaques ao projeto ainda serão apreciados pela CAE.

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é cobrado sempre que há a movimentação de mercadorias em um território, seja ela proveniente de um estado ou um país. O imposto também incide sobre serviços de comunicação, transporte e energia. A cobrança é feita pelos governos estaduais, que arrecadam um percentual do valor de cada mercadoria ou serviço. O ICMS é cobrado tanto para mercadorias que circulam dentro de seus estados de origem quanto para produtos que são vendidos para outros estados.

O ICMS tem duas formas de cobrança. Uma delas é a interna, que é referente a mercadorias que circulam dentro de seus estados de origem. Neste caso, a tributação fica entre 17% e 18%. A segunda tributação é exclusiva para operações em que as mercadorias saiam de seus estados - o projeto que está em aprovação no Senado diz respeito apenas a essas transações interestaduais.///Mercedes Guzmán

	VEÍCULO BLOG DO RONALDO TIRADENTES	EDITORIA	
	TÍTULO Defesa da <u>Zona Franca</u> une Omar e Arthur em Brasília		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A terça-feira vindoura será um dia difícil para o Pólo Industrial de Manaus no Congresso Nacional.

A Comissão de Assuntos Econômicos vai votar os destaques do projeto de reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.

O relator Delcídio Amaral manteve o ICMS com alíquota de 12% para os produtos da Zona Franca, provocando reação contrária dos senadores de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e demais estados do sul e sudeste.

Há um destaque do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que exclui a vantagem da ZFM. O momento é delicado e exige esforço dos políticos da região.

O governador Omar Aziz e o prefeito Arthur Neto estarão em Brasília para acompanhar a votação.

Um comentário para “Defesa da Zona Franca une Omar e Arthur em Brasília”

1. Pereira disse:

A hora chegou. Enquanto fazem propaganda dizendo que o Governo do PT foi o que mais fez pela ZFM, um nobre Senador do PT pode arrebentar com a ZFM. Simples assim. O que a propaganda mostra não é o que se faz na prática. Cabe a nossos políticos defenderem o Amazonas. Não espere que os demais estados da União moverão uma única “palha” por nós. É difícil explicar isenções anuais que beiram R\$ 3 bilhões. Não sabemos vender a Amazônia como uma necessidade para a humanidade. Aos olhos do mundo, ou ao menos de outros Estados, somos um peso excessivo para a União. Não temos políticos de primeira que consigam mudar a forma dos outros nos enxergarem. Precisamos de novos políticos com maior poder de negociação. Se depender dos que estão aí, esquece.